

Dom Aloísio e a retomada da questão indígena no Ceará

Fotos: Arquivo do professor José Cordeiro, coordenador da Pastoral do Índio

Documento

Os índios do Ceará viviam esquecidos desde 1863, quando o presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, no relatório

que apresentou à Assembléia Legislativa Provincial, deu por extinta a população indígena no Estado. Foi imposto, assim, aos índios cearenses o silêncio e a negação de suas etnias. Eles viviam mendigando e eram tratados como bichos pelas ruas de Caucaia. Em 1984, Dom Aloísio Lorscheider quebra o silêncio e retoma a questão através da Pastoral do Índio no Estado.

No antigo território cearense existiam 22 nações indígenas. A maior delas, os Tarariú, possuía uma população superior a dos maiores aldeamentos jesuítas (missões) do século 17, que chegaram a abrigar mais de 30 mil indivíduos, de várias tribos diferentes. O número aproximado não existe porque, na época das missões, não houve a preocupação de recensear esta população, mas hoje, o número de índios que habitam o Ceará, principalmente a região de Caucaia, é de 10 mil indivíduos, sendo que os Tapeba, o maior deles, é o resultado da união de três nações indígenas que se fundiram nos aldeamentos - Kariri, Potyguara e Tremembé. Por quase dois séculos e meio (de 1696 a 1986), desde a primeira Carta Pastoral de Proteção aos Índios, assinada pelo bispo da Capitania do Ceará Dom Frei Francisco Lima, até a segunda carta, de outubro de 86, escrita pelo cardeal Dom Aloísio Lorscheider, os índios estavam oficialmente extintos no Ceará.

Desprovidos de seus direitos, suas terras e sua cultura, os índios cearenses foram sofrendo sistematicamente um processo de extermínio, onde a única saída era negar a ascendência indígena ou sofrer, na pele, o preconceito e a perseguição dos latifundiários que temiam que, reconhecidos como nação, pudessem requerer junto à justiça, as terras que deles foram usurpadas.

O apoio do cardeal Dom Aloísio Lorscheider foi decisivo para a reintegração do índio à sociedade. Mas até a atuação de Dom Aloísio que, por seu respeito à cultura e ao drama indígena, conquistou sua confiança, as nações sofreram inúmeras tentativas de extinção - física e cultural.

Até o século 16, as 22 nações que viviam no território cearense tinham seu idioma próprio. As maiores eram Tarariú (subdivididas em Kanindé, Paikú, Genipapo, Jenipabuçu, Arariú, Anacé, Karatiú e outras menores), Kariri (Kaririagué e Kariú), Tremembé e Guanacé (Guanacésaguaká, Guanacé-mirim). Os jesuítas chegaram em 1607 e organizaram os índios em aldeamentos (uma espécie de missão onde os índios viviam em regime de "cárcere") para catequizá-los. Os três primeiros aldeamentos foram os de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, Parangaba e Messejana, instalados pelos padres jesuítas Francisco Pinto e Luis Figueira, portugueses, que chegaram com o propósito de defender os índios dos colonizadores. Em troca os silvícolas, catequizados, perderiam sua identidade, negariam sua cultura e assimilariam a do homem branco, transformando-se em cristãos.

Num mesmo aldeamento eram agrupados índios de etnias diferentes, para que perdessem rapidamente seu referencial e adotassem apenas a linguagem dos jesuítas. "Só que de forma contraditória à da mentalidade dos demais jesuítas que realizavam missões em outras regiões do país, os do Ceará transformaram seus aldeamentos em fortalezas contra o branco colonizador. Os jesuítas no Ceará tinham um certo respeito pela cultura indígena. Até que, em 1609, o português Martin Soares Moreno veio tomar posse das terras do Ceará implantando fazendas de gado que funcionavam como núcleo de defesa da terra, incentivando ao povoamento rápido do branco e como fonte de suprimento para os exércitos que combatiam os índios", contou o historiador Samuel Cordeiro.

Com o rápido povoamento nos vales do Jaguaribe e Acaraú os índios permaneceram por 100 anos em estado de guerra permanente, tentando evitar que o colonizador tomasse totalmente suas terras. Nesse processo, diferenciaram-se três categorias de índios: o aldeado, o selvagem e o confederado. Após 30 anos de guerra (1683 a 1713), chamou a atenção da Europa a forma como os índios daqui estavam organizados e resistindo com alto índice de vitórias. O alto senso de organização social dos silvícolas levou-os a criar, em 1712, a Confederação Indígena, que tinha como principal objetivo negociar a paz com o colonizador. "Este, por sua vez, nunca cumpriu os acordos assinados até que, em 1713, os índios empreenderam um grande levante, começando pela destruição da capital da província, Aquiraz, em 18 de maio, símbolo do poder do gado", conta Cordeiro.

A "Grande Batalha", como foi chamado o levante, ocorreu às margens do Rio Choró, e dela escaparam cerca de 400 índios (a História não revela o número exato dos que participaram) que foram transformados em escravos, prisioneiros de guerra e submetidos a trabalhos forçados. Esse tratamento, no entanto, foi imposto a todos os índios, inclusive dos aldeamentos em Porangaba, Messejana, Caucaia, Baturité, Viçosa, São Mateus e Miranda (Crato).

Em 1850, para facilitar a aplicação da lei n° 601 - "Lei de Terras", de reorganização fundiária visando a ocupação total de todos os espaços, era necessário que não existisse ninguém nas regiões alvo, para que o latifúndio se expandisse. Nessa época havia oito aldeamentos e até índios selvagens, conforme declaração feita a 28 de setembro de 1846, por Joaquim José Barbosa, Diretor Geral dos Índios no Ceará, ao Ministro dos Negócios do Império, um pouco antes da aprovação da Lei de Terras.

Mas o presidente da Província do Ceará em 1863, José Bento da Cunha Figueiredo Junior, no relatório que apresentou à Assembléia Legislativa Provincial, deu por extinta a população indígena no estado. A reação veio dos Tapeba de Caucaia e dos índios de Baturité, que fizeram chegar a Dom Pedro II o documento comprovando sua existência. A Igreja católica, anteendo o massacre, proclamou a primeira Carta Pastoral de Proteção aos Índios, assinada pelo Bispo Dom Frei Francisco Lima, escrita em Lisboa a 10 de janeiro de 1696. A segunda Carta pastoral, dirigida especificamente aos Tapeba de Caucaia foi escrita pelo cardeal Dom Aloísio Lorscheider na véspera do aniversário de São Francisco de Canindé, a 03 de outubro de 1986.

De 1863 (extinção oficial) a 1984, data da atuação de Dom Aloísio em defesa dos índios, foi imposta às nações o silêncio de negação de suas etnias, sob o risco de serem discriminados ou assassinados. "Os índios viviam mendigando e embriagados pelas ruas de Caucaia e eram tratados como bichos. Dom Aloísio não só tomou conhecimento da existência deles através de matéria publicada, em 82, na Folha de São Paulo, como em suas visitas pastorais. Ele notou que havia um grupo diferenciado do restante da população não só pelo estereótipo como pela discriminação", afirmou professor José Cordeiro, que foi coordenador da pastoral indigenista implantada pelo cardeal Lorscheider. "Dom Aloísio visitou os índios indo de canoa pelo Rio Ceará. É quando ele passa a ser conhecido por estas populações".



Dom Aloísio visita de canoa comunidades indígenas: luta contra projeto da Funai de aldeamento e pregação pela reabilitação do índio no Ceará

O trabalho da Pastoral

Ao tomar conhecimento da situação dessas pessoas, Dom Aloísio Lorscheider se comoveu com a morte do último cacique, Victor Tapeba, sucessor do cacique "Perna-de-Pau", avô de Alberto Tapeba, que acabou reassumindo o lugar de cacique dentro de sua comunidade. Mesmo sendo os índios os legítimos donos de mais de 30 mil hectares pertencentes ao aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, não havia lugar para enterrar Victor Tapeba. Foi preciso que o dono de uma funerária de Caucaia doasse um lote de família para que fosse realizado o sepultamento.

"A partir daí, Dom Aloísio entrega a responsabilidade à equipe de Assessoria às Comunidades Rurais, da Arquidiocese de Fortaleza, coordenada pelo professor José Cordeiro, para ir criando condições para instalação da Pastoral Indigenista da Arquidiocese, que viria a ser instalada, oficialmente, em 88.

Em 89, ao fazer a apresentação no livro "Os Índios do Sinará" (ONG Hoje Assessoria em Educação, 271 pág.), de autoria do historiador José Cordeiro, o Cardeal Lorscheider enfatiza os fundamentos teológicos para uma pastoral indigenista que tenha a preocupação de buscar o apoio da sociedade como um todo e da própria Igreja à causa indígena.

Como resultado da atuação da Pastoral, a nova constituição estadual, de 89, não só reconhece a existência de índios no Ceará co-



Índios cearenses: questão assumida pelo Estado a partir da Pastoral do Índio criada por dom Aloísio em 84

mo compromete seus organismos estatais a darem assistência integral a todos eles. Naquele momento, já estavam identificados os Tapeba, Tremembé, Pitaguary, Genipapo-Kanindé, Karatiú e outras comunidades menores, perfazendo uma população de cerca de 10 mil indivíduos.

O cardeal Lorscheider também interveio quando a Funai quis

usar os Tapeba para implantar um novo modelo de aldeamento cujo objetivo era apressar o processo de aculturação. "Sendo implantado no Ceará, com apoio de Dom Aloísio, o modelo seria generalizado para todo o Brasil, inclusive na Amazônia. O cardeal foi contra e pregou o respeito ao habitat e a cultura do índio", completa Cordeiro. Hoje, existe não só a Pastoral Indigenista como a própria Missão

Tremembé, composta por missionários, padres, advogados, pedagogos e sociólogos. "Dom Aloísio vai para Aparecida do Norte mas diz que seu compromisso com os índios será manifestado onde estiver. E, hoje, a questão indígena é assumida por toda a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) através do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)", finaliza o historiador.

Carta do cardeal Lorscheider aos índios Tapeba e comunidades do rio Ceará-Caucaia

Estimados filhos e filhas Tapeba, Prezados filhos e filhas não Tapeba,
 Todos vocês, sem distinção de raça, cor, sexo, são filhos de Deus e da Santa Mãe Igreja, Esposa Fiel de Jesus Cristo. Por isto amo e quero muito bem a todos, abraço a todos, rogó ao bom Deus que abençoe a todos.
 Vocês se esforçaram para viver em comunidade, bem unidos e

organizados. Sei que muitos de vocês fazem sacrifícios enormes, prejudicando às vezes a própria sobrevivência, para se doar aos outros, numa luta constante contra o egoísmo, a inveja, o ciúme, o individualismo. Deus, em Jesus Cristo, sob a proteção de Nossa Senhora, na luz do Espírito Santo, e São Francisco na comunhão divina, protegerá a vocês contra todos os males.
 Não é invenção humana caminhar com os mais pobres, com os mais trancos, com os mais marginalizados.

A Igreja decidiu agir assim para fazer a vontade do Pai, tendo Jesus pelo exemplo mostrado que o Pai queria assim. Agindo assim, a Igreja evangeliza. Por isto, vocês, fazendo um trabalho tão bonito, não decepcionam a Jesus Cristo nem a Nossa Senhora nem a São Francisco. Rezem sempre para que sejam livres do mal. Não desanimem por causa das dificuldades. Vençam a desordem, a falsidade, as intrigas, as mortes. Procurem resolver todos os problemas sem apelar para a

violência. Lutem pela paz, pelos direitos de vocês. Lutem pela amizade e pela convivência sadia. Lutem pela união e pela organização. Formem sempre novas comunidades. Alimentem a esperança sempre.
 E tudo isso que quero e desejo a vocês como Pastor.
 Que o bom Deus esteja sempre com vocês. Amém!

Aloísio Lorscheider
 Arcebispo de Fortaleza, 03 outubro de 1986